

OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS NO CONCELHO DE RIBEIRA DE PENHA

THE CHALLENGES OF IMPLEMENTING THE ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS PROGRAMS IN THE MUNICIPALITY OF RIBEIRA DE PENHA

Sara TAPA
Município de Ribeira de Pena
sara.tapa@cm-rpena.pt

António VALADARES
Município de Ribeira de Pena
antonio.valadares@cm-rpena.pt

Resumo

O concelho de Ribeira de Pena pode ser descrito como a terra onde termina a região do Minho e começa Trás-os-Montes, e isso reflete-se no contraste de paisagens ao longo do seu território e, por inerência, no uso do fogo. Outrora detentora da distinção de maior mancha de pinhal-bravo da Europa, continua a ser uma região dominada por esta espécie. Este fator aumenta o potencial para um ou vários incêndios de grandes dimensões. O concelho de Ribeira de Pena tem um perfil predominantemente rural, no qual a área florestal representa 78% do território e a área agrícola 19%.

Neste contexto, os incêndios rurais constituem uma ameaça real, cujo risco foi sendo agravado, ao longo das últimas décadas, na sequência do progressivo despovoamento, associado à existência de amplos fluxos migratórios direcionados para as áreas metropolitanas do litoral, ou para o espaço europeu.

Para revitalizar este território, surgem diversas iniciativas institucionais, a tentativa de implementar Programas associados a fundos comunitários que abarcam diversas vertentes. Só assim se alavanca a resiliência do território, das suas populações, reconhecendo-se a importância de capacitar a população e facilitar a intervenção operacional pelo que, desde 2019, o Município de Ribeira de Pena tem investido na execução dos Programas Aldeia Segura/Pessoas Seguras.

Este trabalho reflete a experiência do Gabinete de Proteção Civil e Defesa da Floresta do Município de Ribeira de Pena, que permitiu identificar um conjunto de fatores, como a colaboração com as equipas de apoio domiciliário, que podem favorecer ou dificultar a operacionalização destes dois programas no terreno.

A partir desta reflexão são elencados os desafios na implementação dos Programas Aldeia Segura/Pessoas Seguras no concelho de Ribeira de Pena, nomeadamente, a gestão do tempo e a compatibilização com outras tarefas a cargo deste serviço municipal. A partir da identificação destes desafios, espera-se melhorar a eficiência do processo de implementação do Programa, assim como aumentar a sua capacidade de conferir, efetivamente, a proteção da comunidade. Na perceção do Gabinete de Proteção Civil e Defesa da Floresta do Município de Ribeira de Pena, o sucesso deste programa vai depender de outras medidas que atuem sobre a mitigação do risco, como, por exemplo, a gestão de combustível ou o aumento da rentabilidade económica das atividades agrosilvopastoris ou turísticas.

Palavras chave: Aldeia Segura; Pessoas Seguras; Preparação; Comunidades; Ribeira de Pena

Abstract

The municipality of Ribeira de Pena can be described as the land where the region of Minho ends and Trás-os-Montes begins, and this is reflected in the contrast of landscapes throughout its territory and, inherently, in the use of fire. Once holding the distinction of having the largest area of maritime pine in Europe, it continues to be a region dominated by this specie. This factor increases the potential for one or several large fires. The municipality of Ribeira de Pena has a predominantly rural profile, in which the forest area represents 78% of the territory and the agricultural area 19%.

In this context, rural fires constitute a real threat, whose risk has been aggravated over the last few decades, following the progressive depopulation, associated with the existence of large migratory flows directed towards the metropolitan areas of the coast, or towards the European space.

To revitalize this territory, several institutional initiatives have emerged, the attempt to implement programs associated with community funds that cover different aspects. This is the only way to leverage the resilience of the territory and its populations, recognizing the importance of empowering the population and facilitating operational intervention, which is why, since 2019, the Municipality of Ribeira de Pena has invested in the implementation of the Aldeia Segura/Pessoas Seguras Programs.

This work reflects the experience of the Office for Civil Protection and Defense of the Forest of the Municipality of Ribeira de Pena, which identified a set of factors, such as collaboration with home support teams, which may favor or hinder the operationalization of these two programs in the ground.

From this reflection, the challenges in the implementation of the Aldeia Segura/Pessoas Seguras Programs in the municipality of Ribeira de Pena are listed, namely, time management and compatibility with other tasks in charge of this municipal service. From the identification of these challenges, it is expected to improve the efficiency of the Program's implementation process, as well as increase its capacity to effectively provide the protection of the community. In the view of the Office for Civil Protection and Defense of the Forest of the Municipality of Ribeira de Pena, the success of this program will depend on other measures that act on risk mitigation, such as, for example, fuel management or increased economic profitability agrosilvopastoral or tourist activities.

keywords: Safe Village Program; Safe People Program; Preparation; Communities; Ribeira de Pena

1- Introdução

Os incêndios rurais, em Portugal, não se resumem a um problema isolado de gestão florestal, mas são um reflexo do (não) desenvolvimento socio-territorial, sobretudo pelos fatores que contribuem para a sua dimensão e para as suas consequências mais nefastas.

A crescente frequência de incêndios catastróficos tem vindo a ser explicada com as alterações climáticas, nomeadamente, com a existência de verões mais longos e pouca precipitação que vão criando condições para o desenvolvimento de grandes incêndios (FAO, 2011, 21). Pese embora os efeitos causados pelas alterações climáticas, estas por si só não explicam as mudanças verificadas nas dinâmicas dos incêndios rurais. No séc. XX, à medida que a zona Mediterrânea se foi industrializando, verificou-se o aumento do despovoamento e, por consequência, a diminuição da atividade agrícola, do pastoreio, das queimas, do corte de madeira, o que levou a um aumento da carga combustível nestes territórios (Pausas & Keeley, 2014, 1109). Ao mesmo tempo que a sociedade se foi “urbanizando” verificou-se um progressivo afastamento e mudança da relação dos indivíduos com as florestas e os espaços naturais (Tedim, Leone, & Xanthopoulos, 2016, 140). Este contexto tornou os territórios mais vulneráveis, situação que é agravada em anos de seca, levando à ocorrência dos grandes incêndios (Pausas & Keeley, 2014, 1110).

Este quadro verifica-se em Portugal, onde, nas últimas décadas, se registou um aumento da dimensão dos incêndios rurais por via da grande disponibilidade de carga combustível resultante do despovoamento e do abandono rural. Em virtude desta situação, a estratégia adotada pelos decisores políticos privilegiou o combate, em detrimento de outras soluções. Este tipo de política foi sendo validado pela opinião pública que entende como sinal positivo a diminuição da extensão e do tempo de duração dos incêndios. Este fator aumenta a complexidade do contexto sócio-político dos incêndios rurais. De facto,

verificou-se que este foco no combate e na extinção pode causar um problema maior, a longo prazo, visto que a enorme carga de combustível que se vai acumulando, ano após ano, quando associada a fenómenos meteorológicos extremos que dão origem a incêndios que ultrapassam a capacidade de extinção dos meios existentes (Collins, Neufville, Claro, Oliveira & Pacheco, 2013, 3).

Ao longo do tempo, os incêndios foram encarados como um desafio de extinção que se resolvia com o reforço dos meios de combate, todavia estes fenómenos devem ser abordados como um reflexo do problema de ordenamento e dos conflitos sociais que advêm da gestão de recursos desse mesmo território (Tedim, 2016, 256).

Para compreender os incêndios rurais, no concelho de Ribeira de Pena, é imprescindível conhecer como estes fenómenos se interrelacionam com o despovoamento, o abandono do sector primário, o envelhecimento da população e as alterações climáticas.

O concelho de Ribeira de Pena é marcado, por um lado, pelo mosaico verdejante de terrenos agrícolas e espaços florestais onde predomina o pinheiro-bravo e, por outro, evidenciam-se os matos e os afloramentos graníticos do Alvão. É nestas áreas onde se verifica maior pastoreio de cabra-bravia que se regista maior número de ignições e maior recorrência de incêndios. Este facto leva a que o potencial de desenvolvimento de um grande incêndio seja superior em outros pontos do concelho, habitualmente menos fustigados pelos incêndios.

As conclusões do trágico ano de 2017, ao nível dos incêndios rurais, mostraram ao país que afinal a população não estaria assim tão preparada no que diz respeito às medidas e comportamentos de autoproteção. Na sequência desta consciencialização a nível nacional, foram criados os Programas Aldeia Segura/Pessoas Seguras, aos quais o Município de Ribeira de Pena se associou, a partir de 2019.

2 – Metodologia

A elaboração deste trabalho recorreu à pesquisa bibliográfica e escorou-se na análise empírica decorrente da atividade profissional conduzida pelo Gabinete de Proteção Civil e Defesa da Floresta do Município de Ribeira de Pena entre 2019 e 2022, no campo da minimização do risco de incêndio rural.

3 – Enquadramento

Os incêndios rurais têm uma dimensão ambiental, social económica e política. Ribeira de Pena estende-se ao longo de 217km² e insere-se na NUT III Alto Tâmega, em plena fronteira entre as regiões do Minho e Trás-os-Montes. A norte confronta com o concelho de Boticas, a este com Vila Pouca de Aguiar, a sul com Vila Real e a oeste com Cabeceiras de Basto. O concelho é constituído por uma população de 5 824 habitantes (INE, 2022) que se divide por cinco freguesias: Alvadia, Cerva e Limões, Canedo, Santa Marinha e Salvador e Santo Aleixo de Além Tâmega.

3.1 Caracterização fisiográfica

Ribeira de Pena integra a Bacia Hidrográfica do Douro, e a sua hipsometria varia entre os 100 e os 1300m. Por seu turno, a classe de declives predominante oscila entre 15%-25%.

Os espaços florestais e matos correspondem a uma área de 78%. Os baldios têm um grande peso no território: cerca de 14.000ha estão submetidos a regime florestal. O concelho divide-se entre o Perímetro florestal de Ribeira de Pena a sul (9.077,1ha) e o Perímetro florestal do Barroso a norte (4.446,2ha) (PMDFCI Ribeira de Pena, 2017, 20-23).

3.2 Caracterização socioeconómica

Nas últimas décadas, as mudanças que se verificaram na demografia e na economia, nomeadamente, o aumento do despovoamento e o afastamento do sector primário, tiveram impacto na forma como o território é gerido.

O concelho de Ribeira de Pena acompanhou a tendência de despovoamento do resto do interior do país, a perda de população é visível no quadro da evolução da população residente (Tabela I).

Tabela I – Evolução população residente

| Evolução população residente (INE) | | | | | | |
|------------------------------------|--------|--------|-------|-------|-------|-------|
| Ano | 1960 | 1981 | 1991 | 2001 | 2011 | 2021 |
| Nº de habitantes | 13.309 | 10.796 | 8.504 | 7.412 | 6.544 | 5.884 |

Fonte: INE (adaptado)



Figura 1 – Habitante da aldeia de Castanheira, na freguesia de Santa Marinha.
Fonte: Município de Ribeira de Pena

Ao nível da caracterização etária, verificou-se que a percentagem de idosos evoluiu de 6%, em 1960, para 31,3%, em 2021. O número de idosos por cada 100 jovens passou de 16 para 300,3, em 60 anos, como mostra a tabela II.

Tabela II – Caracterização etária

| ANO | 1960 | 1981 | 1991 | 2001 | 2011 | 2021 |
|---|------|------|------|-------|-------|-------|
| <u>População em idade ativa (%)</u> 15 aos 64 anos | 56,2 | 56,9 | 59,8 | 61,9 | 60,7 | 58,2 |
| <u>Idosos (%)</u> 65 e mais anos | 6,0 | 12,2 | 16,4 | 21,9 | 26,7 | 31,3 |
| <u>Índice de envelhecimento</u> idosos por cada 100 jovens | 16,0 | 39,2 | 68,9 | 135,0 | 213,7 | 300,3 |

Fonte: INE (adaptado)

Como é possível observar na tabela III, ao longo das últimas décadas, a distribuição da população empregada pelo sector de agricultura diminuiu de forma significativa de 88,4%, em 1960, para 10,4%, em 2021.

Tabela III – Distribuição da população empregada por setor.

| ANO | 1960 | 1981 | 1991 | 2001 | 2011 | 2021 |
|--|------|------|------|------|------|------|
| <u>População empregada na Agricultura e Pescas (%)</u> | 88,4 | 65,6 | 56,2 | 24,1 | 16,9 | 10,3 |
| <u>População empregada na Indústria e Construção (%)</u> | 4,7 | 13,7 | 15,7 | 29,7 | 27,0 | 25,8 |
| <u>População empregada nos Serviços (%)</u> | 7,0 | 20,7 | 28,1 | 46,2 | 56,1 | 63,9 |

Fonte: INE (adaptado)

No concelho, as atividades ligadas ao sector primário, embora com uma tendência decrescente, continuam a desempenhar um papel fundamental no rendimento de muitas famílias (figura 2).



Figura 2 – Registo da atividade agropecuária, na aldeia de Favais, freguesia de Alvaldia.
Fonte: Município de Ribeira de Pena

3.3 Histórico de Incêndios

De acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ribeira de Pena (2017), a análise da distribuição espacial das áreas ardidas no concelho de Ribeira de Pena, no período que compreende os anos 2010 a 2019 permite constatar que, ao longo da última década, todas as freguesias que compõem o território concelhio foram afetadas por incêndios rurais, evidenciando-se as freguesias de Alvaldia e de Canedo.

Os anos mais preocupantes no que respeita à área ardida foram os anos 2010, 2016 e 2017.

Quanto ao número de ocorrências é o ano 2012 que se destaca, dado que regista um total de 118 ignições (corresponde a 18,4% do total de ocorrências registadas entre 2011 e 2020), seguindo-se o ano 2017 com um total de 87 ignições (corresponde a 13,6% do total de ocorrências registadas entre 2011 e 2020) e o ano 2015 com um total de 85 ignições (corresponde a 13,2% do total de ocorrências registadas entre 2011 e 2020).

No período compreendido entre os anos 2016 a 2020, no concelho de Ribeira de Pena, constata-se que a área ardida em matos (4.473,7ha, o que corresponde a 77,4% da área ardida entre 2016 e 2020) é muito superior à área ardida em povoamentos florestais (1.303,8ha, o que corresponde a 22,6% da área ardida entre 2016 e 2020).

4- Implementação

Os programas Aldeia Segura Pessoas Seguras visam, por um lado, “a proteção de pessoas localizadas na interface urbano-florestal, através da implementação e gestão de zonas de proteção e locais de refúgio nos aglomerados” e, por outro, a “sensibilização das populações para a prevenção de comportamentos de risco e para a adoção de medidas de autoproteção e de preparação face a incêndios rurais, por forma a reforçar a sua segurança” (Aldeia Segura Pessoas Seguras, 2017).

4.1 – Distribuição

O Município de Ribeira de Pena, através do gabinete de Proteção Civil e Defesa da Floresta, de 2019 a 2022, implementou os projetos Aldeias Segura/Pessoas Seguras em cinco aldeias do concelho: Melhe, Seixinhos, Bragadas, Ouro e Seirós, conforme mostra a tabela IV.

Tabela IV – Quadro síntese da implementação dos programas Aldeia Segura/Pessoas Seguras no concelho de Ribeira de Pena

| ANO DE IMPLEMENTAÇÃO | AGLOMERADO | Nº DE HABITANTES | FREGUESIA |
|-----------------------------|-------------------|-------------------------|--|
| 2019 | Melhe | 22 | Santa Marinha |
| 2020 | Seixinhos | 162 | Cerva e Limões |
| 2021 | Bragadas | 144 | Salvador e Santo Aleixo de Além Tâmega |
| 2021 | Ouro | 9 | Santa Marinha |
| 2022 | Seirós | 30 | Canedo |

Fonte: Município de Ribeira de Pena

Na figura 3 é possível observar a distribuição geográfica das aldeias onde foram implementados os programas Aldeia Segura/Pessoas Seguras.

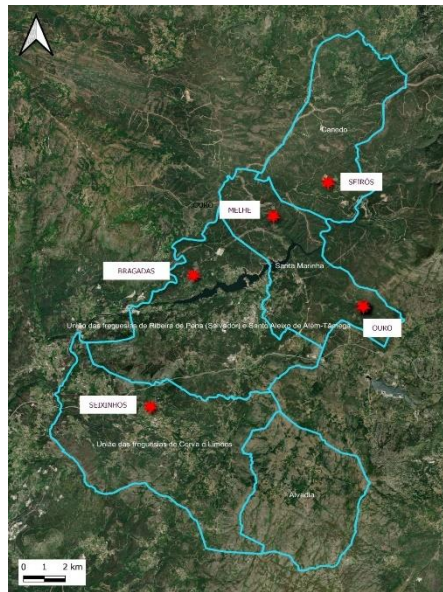


Figura 3 – Distribuição geográfica da implementação dos projetos pelas freguesias do concelho de Ribeira de Pena.
Fonte: Município de Ribeira de Pena

Em pleno coração do perímetro florestal do Barroso e com apenas 22 habitantes, a aldeia de Melhe localiza-se, na freguesia de Santa Marinha, e encontra-se a 11km do quartel de bombeiros mais próximo.

Localizado a meia encosta, completamente cercada por uma extensa área de pinheiro-bravo, trata-se de uma aldeia onde o risco de incêndio é muito evidente (como é visível na figura 4.).



Figura 4 –Vista panorâmica sob a aldeia de Melhe.(à esquerda).
Figura 5 – População e entidades envolvidas na implementação dos Programas Aldeia Segura/Pessoas Seguras, em Melhe. (à direita).
Fonte: Município de Ribeira de Pena

Conforme é possível observar na figura 5, foram diversas as entidades que se associaram à oficialização da implementação dos Programas Aldeia Segura/Pessoas Seguras, aldeia de Melhe.

Quando o Município decidiu implementar os programas Aldeia Segura/Pessoas Seguras, em Seixinhos, na Freguesia de Cerva e Limões, a população ainda tinha uma memória muito viva do incêndio de 20 de Agosto de 2017 que chegou a ameaçar algumas habitações e anexos agrícolas. Por este motivo, a ideia de um programa focado na melhoria da preparação da comunidade foi muito bem acolhida pela população.

Neste caso, a função do oficial de segurança adequou-se ao perfil de duas colaboradoras da equipa de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia de Cerva, que residiam e trabalhavam na aldeia. Estas oficiais de segurança, por força da sua ocupação profissional, conhecem os habitantes com maior idade, com maior grau de dependência, com maiores problemas de mobilidade e têm sempre presente esse levantamento atualizado.



Figura 6 – Área ardida junto ao interface-urbano florestal, em Bragadas.
Fonte: Município de Ribeira de Pena

Os projetos foram implementados em 2021, na aldeia de Bragadas, na Freguesia de Salvador e Santo Aleixo de Além Tâmega. O trabalho de sensibilização junto da população de Bragadas foi dificultado pelos constrangimentos inerentes à pandemia da covid-19. Dois anos volvidos, em abril de 2023, em plena primavera, um incêndio florestal esteve às portas da aldeia (figura 6), comprovando que a convivência com o risco de incêndio rural é uma realidade neste aglomerado. A rápida resposta dos meios operacionais impediu que o incêndio tomasse proporções que exigissem a evacuação da aldeia.

Em 2021, quando o projeto foi implementado na aldeia do Ouro, na freguesia de Santa Marinha, registou-se uma participação ativa do Presidente de Junta de Freguesia, que foi nomeado oficial de segurança. De facto, não foi evidente a seleção entre a população residente pela média de idades e pelo grande distanciamento entre as habitações.



Figura 7 – Oficiais de Segurança Local da aldeia de Seirós.
Fonte: Município de Ribeira de Pena

Em 2022, foi implementado o programa Aldeia Segura/Pessoas Seguras na aldeia de Seirós, na Freguesia de Canedo. Neste caso, além do levantamento das características e necessidades especiais da população, da sensibilização porta-a-porta, foi organizado um exercício livex (figura 8). Partindo da iniciativa do Município de Ribeira de Pena, o simulacro envolveu o Conselho Diretivo dos Baldios de Seirós, a Junta de Freguesia de Canedo, as corporações de Bombeiros de Ribeira de Pena e de Cerva, o Comando Distrital de Operações de Socorro de Vila Real da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), o Posto de Intervenção de Proteção e Socorro de Ribeira de Pena da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS) e o Posto Territorial de Ribeira de Pena da Guarda Nacional Republicana (GNR).

O exercício livex teve como objetivos: testar o plano de evacuação da aldeia de Seirós; sensibilizar a população e aumentar o seu conhecimento sobre as medidas de autoproteção, em caso de incêndio rural; realçar o papel dos Oficiais de Segurança Local; testar os mecanismos de aviso; difundir junto da população o local de abrigo coletivo e refúgio coletivo; aumentar o grau de colaboração com as entidades, em caso de evacuação, e diminuir a resistência às ordens de evacuação; preparar os recursos humanos e materiais necessários em caso de evacuação na iminência da aproximação de um incêndio rural; criar condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado, de todos os meios disponíveis para as ações de prevenção e segurança.

4.2 – Dificuldades

Como já foi referido anteriormente, uma das dificuldades prendeu-se com as limitações inerentes à pandemia da COVID-19. As máscaras de proteção são bem visíveis na fotografia 9, que mostra a sessão de sensibilização à população, neste âmbito.



Figura 9 – Implementação dos Programas Aldeia Segura/Pessoas Seguras durante a pandemia de Covid-19.
Fonte: Município de Ribeira de Pena

Outra das limitações com as quais o Gabinete de Proteção civil e Defesa da Floresta se deparou prendeu-se com a grande dispersão das habitações dentro dos aglomerados. Como é possível observar no mapa de evacuação do aglomerado de Seixinhos (figura 10), trata-se de um aglomerado muito disperso.

Na aldeia do Ouro, constatou-se que a dispersão do aglomerado dificultava a definição dos locais de refúgio e abrigo. Ao mesmo tempo, a inexistência de largos limpos de vegetação ou edifícios públicos ou associativos tornou difícil identificar um ponto de encontro seguro. Esta situação originou uma reflexão sobre a segurança da evacuação dentro do aglomerado para os locais de abrigo e de refúgio.

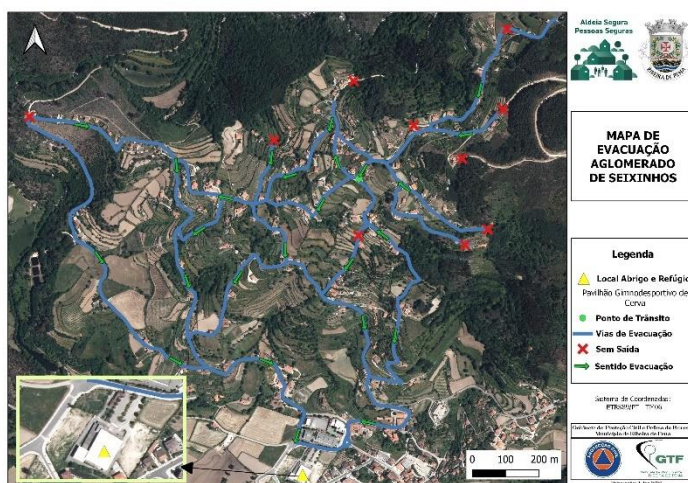


Figura 10 – Mapa

Aglomerado de Seixinhos.
Fonte: Município de Ribeira de Pena

de evacuação do

Em Seirós, verificou-se uma grande flutuação de população, que cresce consideravelmente na chamada “época de incêndios”, em resultado do regresso para férias da população emigrada.

Por último, para dar continuidade ao programa, é necessário manter o levantamento sempre atualizado da população e das suas características, sobretudo das pessoas com necessidades especiais, designadamente, de mobilidade.

4.3 – Pontos fortes

O primeiro ponto a destacar é o apoio político à implementação do projeto, quer ao nível do município quer ao nível das Juntas de Freguesia do concelho. Foi ainda possível contar com o apoio do associativismo instalado: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa em Bragadas e o Conselho diretivo dos baldios (em Seirós).

Foi notório que esta iniciativa promoveu uma aproximação entre a população e as autoridades (bombeiros, GNR, ANEPC), que pode ser benéfico em caso de um incêndio real com necessidade de evacuação.

O trabalho desenvolvido permitiu aferir características dos aglomerados que podem causar dificuldades ao combate/evacuação, como as espécies florestais envolventes e os acessos existentes.

Durante o trabalho de campo, verificou-se uma grande adesão e recetividade por parte das populações, como é possível verificar na figura 11. O contacto com a população permitiu recolher dados sobre a experiência de convivência com os incêndios rurais e verificar que de aldeia para aldeia a perceção em relação aos incêndios varia. A população de Seirós, por exemplo, encara este fenómeno com relativa normalidade. Considerando o seu histórico, a população sabe da importância que cada um tem na resposta ao incêndio, e que os meios de socorro podem ser insuficientes. De facto, esta permuta foi uma mais-valia ao nível da aprendizagem sobre as dinâmicas da comunidade.

Este projeto constitui um início de um processo de sensibilização e preparação da população face aos incêndios rurais.



Figura 11 – Simulacro Aldeia Segura/Pessoas Seguras em Seirós – Concentração da população no local de abrigo coletivo: sede do Conselho Diretivo dos Baldios de Seirós

Fonte: Município de Ribeira de Pena

5- Desafios

Considerando o trabalho desenvolvido, é possível constatar que cada aldeia tem a sua realidade específica e, de acordo com o seu histórico, a população tem uma atitude diferente perante o fogo. Assim sendo, a estratégia de implementação de um qualquer programa de preparação/capacitação/prevenção tem de ser ajustada a cada aldeia.

A implementação deste projeto tem de ser conciliada com as demais tarefas do Gabinete de Proteção Civil e Defesa da Floresta, o que nem sempre é prático, visto que é necessário responder às demais competências. O tempo dedicado a esta tarefa é, sem dúvida, um desafio, visto que implica dar continuidade e manter o levantamento atualizado, no mínimo, anualmente.

Ao mesmo tempo, torna-se premente dar formação específica à população emigrada que regressa no verão.

Um dos desafios deste programa prende-se com o perfil adequado do oficial de segurança, deve ser jovem, em idade ativa, ou deverá ser alguém mais velho que passe grande parte do seu dia no aglomerado. Com o acentuar do despovoamento e envelhecimento da população, prevê-se que vá ser cada vez mais difícil encontrar um oficial de segurança dinâmico. Ao mesmo tempo, é necessário refletir sobre as contrapartidas para assumir esta função cívica, como persuadir alguém que “voluntariamente funciona como agente facilitador”.

Os locais de abrigo e de refúgio devem ser bem estudados, para que seja possível efetivamente transmitir um sentimento de segurança à população. O local de refúgio deve ser sujeito a uma contínua uma gestão de combustível, para ser efetivamente, um local seguro.

Em paralelo, a par da preparação importa que seja efetuada uma gestão do Interface urbano rural que mitigue o risco de incêndio. Importa complementar com outras medidas relacionadas com a manutenção das faixas de gestão de combustível, ou por exemplo, o Programa Condomínio de Aldeia.

Para diminuir o risco, importa revitalizar o espaço rural e, por conseguinte, trabalhar para melhorar a rentabilidade do sector agroflorestal e turismo rural, com vista a criar emprego e fixar pessoas.

Este artigo resulta de um trabalho colaborativo entre as diversas entidades que atuam no território de Ribeira de Pena com o objetivo de reduzir a incidência e a severidade dos incêndios rurais. Agradecimento ao Município de Ribeira de Pena e ao Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A operacionalização, em concreto, contou com

o apoio dos Bombeiros Voluntários de Ribeira de Pena, dos Bombeiros voluntários de Ribeira de Pena, do Comando Distrital de Operações de Socorro de Vila Real da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), a Agência de Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), o Posto de Intervenção de Proteção e Socorro de Ribeira de Pena da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS) e o Posto Territorial de Ribeira de Pena da Guarda Nacional Republicana (GNR). Contribuíram ainda a Junta de Freguesia de Santa Marinha, a Junta de Freguesia de Cerva e Limões, a Junta de Freguesia de Salvador e Santo Aleixo de Além Tâmega, a Junta de Freguesia de Canedo, a Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Bragadas e o Conselho Diretivo dos Baldios de Seirós.

5 – Conclusão

O aumento da gravidade dos incêndios rurais, em Portugal, prende-se com outras problemáticas do desenvolvimento sócio-territorial como o abandono do setor agrícola, a incapacidade de criar emprego e fixar população, o despovoamento, o envelhecimento da população e as alterações climáticas.

O crescente aumento destes problemas torna o território mais vulnerável à ocorrência de grandes incêndios rurais. Assim sendo, as possíveis soluções não se podem resumir ao sistema de proteção civil, nem a uma política de supressão que atua nos efeitos e não nas causas dos incêndios.

Para compreender os incêndios rurais, no concelho de Ribeira de Pena, é imprescindível conhecer como estas ocorrências se interrelacionam com o despovoamento, o abandono do sector primário e o envelhecimento da população. A escolha do oficial de segurança é fortemente condicionada por estes fatores.

No concelho de Ribeira de Pena, os programas Aldeia Segura/Pessoas Seguras foram implementados em cinco aldeias: Melhe, Seixinhos, Bragadas, Ouro e Seirós, procurando dar início à concretização de medidas estruturais para proteção de pessoas e bens, e dos edificados na interface urbano-florestal. Em simultâneo, foram promovidas ações de sensibilização para a prevenção de comportamentos de risco, medidas de autoproteção e operacionalização de planos de evacuação, no contexto de um exercício livex.

A estratégia de implementação dos Programas aldeia Segura/Pessoas Seguras tem de ser ajustada a cada aldeia. Com efeito, uma solução eficaz para uma aldeia, pode não ser para outra, porque cada território tem as suas especificidades e a sua experiência perante o fogo.

Quando se trata de aumentar a preparação da população, as soluções implementadas têm de ser monitorizadas e adaptadas à medida que novos desafios vão surgindo, numa lógica de gestão integrada e adaptativa.

Bibliografia

ANPC (2018). Aldeia Segura, Pessoas Seguras – Guia de Apoio à Implementação. Consultado em 2023, Julho 16 em <https://aldeiasseguras.pt/wp-content/uploads/2020/05/Guia-de-Apoio-a-Implementacao.pdf>

COLLINS, R., NEUFVILLE, R., CLARO, J., OLIVEIRA, T., PACHECO, A.. (2013). Forest fire management to avoid unintended consequences: a case study of Portugal using system dynamics. *Journal of Environmental Management*, 130, 1-30. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2013.08.033>

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2011). Community - Based Fire Management: A Review. FAO Forestry Paper 166. Roma: FAO. Acedido a Março 13, 2020, em <http://www.fao.org/3/i2495e/i2495e.pdf>.

INE (2022). Instituto Nacional de Estatística. Consultado em 2023, maio 15 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3

PAUSAS, J. & KEELEY, J. (2014). Abrupt climate-independent fire regime changes. *Ecosystems*. 17 (6), 1109–1120. <https://doi.org/10.1007/s10021-014-9773-5>

PMDFCI Ribeira de Pena (2017). Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Ribeira de Pena. Município de Ribeira de Pena.

TEDIM, F., LEONE, V. & XANTHOPOULOS, G. (2016). A wildfire risk management concept based on a social-ecological approach in the European Union: fire smart territory. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 18, 138-153. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijdrr.2016.06.005>

TEDIM, F. (2016). O conceito de "Fire smart Territory": contributo para a mudança de perspetiva na gestão dos incêndios florestais. In Lourenço, L. (Eds.) *Geografia, paisagem e riscos. Livro de homenagem ao Prof. Doutor António Pedrosa* (pp.251-283). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.